PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O GABINETE CIVIL

(1965)

Relatório apresentado pelo Subchefe do Gabinete LUIZ NAVARRO DE BRITTO *ao Ministro* LUIZ VIANA FILHO, *Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.*

Em de fevereiro de 1966

Senhor Ministro,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o Primeiro Relatório anual sôbre as atividades do Gabinete Civil da Presidência da República. A rigor, trata-se de uma simples complementação ao Relatório Semestral, apresentado no mês de julho próximo passado, guardando inclusive a mesma estruturação formal.

Tem Vossa Excelência neste Documento o retrospecto frio e quantificado das muitas tarefas desempenhadas. Êle não pode fornecer, é óbvio, a descrição de todo o mecanismo nervoso. O preparo e dinâmica de algumas decisões perderam-se no anonimato e do assessoramento político quase nada pode deixar marcas identificáveis. Em todo caso, os elementos recolhidos não só revelam a vida trepidante dêste Órgão, com o seu alto índice de rendimento.

Além disso, da análise e elaboração dos dados referentes ao Gabinete Civil da Presidência da República, é possível modelar-se uma miniatura da atividade administrativa e legiferante do Govêrno. Certo, esta miniatura talvez incorra em deformações, pois o trabalho desenvolvido nos diferentes Ministérios ultrapassa, de muito, as deliberações carentes do concurso expresso do Chefe do Estado. Mas, ainda que sujeita a distorções, prevalece válida a idéia geral forjada pelos Atos administrativos mais importantes de cada Pasta, e que transitam pela Casa Civil, bem assim pela resenha legislativa.

Êstes motivos nos levam a destacar duas partes fundamentais no Relatório: a primeira, que se ocupa da atividade pròpriamente dita do Gabinete Civil, e a segunda, onde tento esboçar uma síntese da política governamental, através dos Atos Presidenciais.

I — ATIVIDADE DO GABINETE CIVIL

Em 21 de julho, o Senhor Presidente da República assinou o Decreto nº 56.596, aprovando o Nôvo Regimento do Gabinete Civil. Ao apresentar o Anteprojeto a Vossa Excelência, assinalei que, além de modificações formais, visando oferecer maior clareza ao texto e preencher certas lacunas do Regimento em vigor, a revisão proposta pretendia alterar a estrutura do Gabinete, através de três mudanças fundamentais: nas Subchefias Administrativas, Secretaria de Imprensa e Secretaria de Relações Parlamentares.

Quanto às primeiras, entendia que deviam participar do *kitchen cabinet,* descrito por HAROLD LASKI na presidência de Andrew Jackson (*The American Presidency.* London 1552, p. 84), desempenhando a tarefa precípua de colaborar nas decisões administrativas e no contrôle de executoriedade da política governamental. "Certo — acrescentava — são os Ministros de Estado os Assessôres naturais do Chefe da Nação. Mas a perspectiva que cada um dêles oferece está sempre eivada dos particularíssimos de sua pasta. Como dirigentes de um setor da Administração, êles refletem uma *sorte de provincianismo,* já ressaltado por THEODORE SORENSEN, com a "sua própria clientela e seu próprio ponto de vista, seus peritos e seus interêsses burocráticos, suas relações com o Congresso e com certos subcomitês, suas próprias autoridades legais, seus objetivos e padrões de sucesso" (*Como se tomam as decisões na Casa Branca,* Rio, 1964, fs. 62-63).

"Também não se esqueça — aduzi ainda — de que o Ministério é uma projeção do nosso sistema partidário. A composição e comportamento de cada uma das Secretarias de Estado obedece a compromissos e propósitos decorrentes da filiação ou mera simpatia do seu titular por um partido político. E por isso, a experiência brasileira vem acusando uma ausência constante de homogeneidade na política administrativa dos seus governos".

Ora, se assim era, pensei que uma redistribuição mais operacional de tarefas, nas Subchefias Administrativas, pudesse permitir à Casa Civil fornecer ao Senhor Presidente da República a visão global de seu Govêrno, perdida na multiplicidade ministerial. E, para tanto, sugeri a substituição do critério orgânico de divisão do

trabalho, por um critério material, onde a conjugação de assuntos, sob um mesmo comando, ensejasse o trato especializado e a observação mais precisa na análise e equacionamento das questões. Daí, uma Subchefia para Assuntos Financeiros e de Desenvolvimento, uma Subchefia para Assuntos Sociais e outra Subchefia para Assuntos de Administração Geral.

Com isto, não desejei subtrair ou amputar atribuições de quaisquer órgãos técnicos. Não. O propósito de cada Subchefia seria "o de alargar a perspectiva do *expert*, cuja própria intensidade de estudo — escreveu H. LASKI — negligencia o senso da proporção e também pode esquecer a programática do govêrno. Todo perito, alertava o politista inglês, *é um empregado de valor inestimável mas um senhor impossível de se aceitar*". No seu trabalho mudo, imbuído da "paixão pelo anonimato", de que falara BROWNHON (*in* Richard E. Neustrad — *Approaches to Staffing the Presidency*", A. P. S. R., nº 4, 1963, p. 857), o papel da Subchefia deveria se restringir a articular e integrar.

No que concerne à Secretaria de Imprensa, inaugurou-se uma Assessoria e deu-se ao Secretário a competência expressa de selecionar, para divulgação na Agência Nacional e organismos congêneres, as informações e Atos do Govêrno. Ainda mais, com o objetivo de "ajudar a tarefa de conquista da opinião", previu-se "a distribuição, pela Secretaria de Imprensa, de noticiários regionais, interessando a cada Estado ou unidades da Federação".

Finalmente, a "Secretaria de Relações Parlamentares" foi transformada em "Subchefia para Assuntos Parlamentares", o que importara em ampliar as suas atribuições e responsabilidades. Ponderei naquela oportunidade a Vossa Excelência, que a Assessoria Parlamentar vinha realizando o trabalho exclusivo "de acompanhar a tramitação de Mensagens, controlar prazos e prestar informações. Enquanto isso, cada Ministério dispõe de um *staff* próprio, operando, na maioria das vêzes, de modo desarmônico e autônomo, no setor legislativo. A nenhum órgão compete coordenar êstes trabalhos. E de tal sorte êles se desenvolvem que não são raras as vêzes em que o govêrno encaminha Mensagem ao Congresso contendo dispositivos contraditórios, ou que se processa, durante a tramitação do Projeto, uma luta surda nas Comissões e Plenários do Parlamento, entre as diversas assessorias ministeriais. Por outro lado, também não é possível negligenciar as críticas recentes, proferidas nas tribunas da Câmara e Senado, sôbre a redação defeituosa de algumas das proposições Governamentais".

Com estas modificações, trabalhou a Casa Civil no segundo semestre de 65. E foi obedecendo ao organograma do Nôvo Regimento que selecionei e coligi as matérias aqui enumeradas.

Seria supérfluo insistir sôbre a sua multiplicidade de forma e conteúdo. Aliás, uma enumeração minuciosa, além de estafante, por certo distorceria os graus de importância e prioridade votados aos diferentes assuntos. Um só Ato de rotina, como uma nomeação, exige todo um dispositivo de segurança, ocupando 2 ou 3 setores do Gabinete, que devem zelar pela fundamentação legal, redação, oportunidade, divulgação e até mesmo autenticidade do ato presidencial. A título de exemplo, atente-se apenas para a tramitação de um dêstes processos na Diretoria do Expediente:

1ª etapa: — Sec. Recepção (verifica e numera) — Sec. Registro (súmula e fichamento) — Sec. Expedição (distribui à Subchefia);

2ª etapa: — (depois de assinado) — Sec. Recepção (conferência de documentos) — Sec. Registro (anotação do ato) — Sec. Decretos Pessoais (registro e divulgação I. N.) — GTM (leitura e revisão) — Sec. Expedição (restitui Ministério de origem).

Por tudo isto, procurei reduzir a pequenos quadros numéricos a atividade de cada um dos setores do Gabinete.

CHEFIA DO GABINETE CIVIL

Afora os estudos, pesquisas, informações ou pareceres de caráter reservado (ausentes dos Registros), transitaram 16.345 papéis pela Chefia do Gabinete. Isto corresponde a uma média diária (inclusive sábados) de 51. Dêstes, avultam os 8.704 processos e documentos analisados, procedentes de todos os Podêres e Órgãos da administração direta e descentralizada do país, bem assim as 1.586 informações e diligências providas. Por sua vez, destacam-se, em maior número, os processos oriundos dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho e Previdência Social.

Se ao cômputo global acrescentarmos as Portarias e Circulares do Chefe do Gabinete Civil, obteremos o seguinte quadro:

Processos registrados	6.474
Processos e documentos encaminhados	8.704
Informações e diligências oficiais	1.586
Correspondência	5.436
Informações em Mandados de Segurança	311
Portarias e Circulares	308
Total	16.345

No âmbito de sua administração interna, ressalte-se, como um fato nôvo, o recrutamento, mediante testes de seleção, do pessoal da sua Secretaria. Mais tarde, esta norma foi adotada para todo o Gabinete, por Vossa Excelência, a partir de 27 de setembro.

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ocupando-se notadamente das questões de pessoal, mereceram o cuidado técnico dêste setor 7.306 expedientes, aí também computado o remanescente da antiga 3ª Subchefia. Eis a descrição mais detalhada do seu trabalho:

Ministérios	1º Semestre	2º Semestre	Anual
Agricultura	—	76	76
Educação	—	226	226
Fazenda	—	282	282
Indústria e Comércio	—	73	73
Justiça	678	562	1.240
Minas e Energia	—	50	50
Relações Exteriores	233	388	621
Saúde	—	172	172
Trabalho	—	138	138
Viação e Obras Públicas	1.213	506	1.719
MECOR	—	41	41
MEPCE	—	1	1
DASP (*) e Outros Órgãos	63	297	360
Diversos	1.544	763	2.307
Total	3.731	3.575	7.306

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Relacionando-se aqui também a atividade da 2ª Subchefia, durante o 1º semestre, o seu rendimento bruto foi de 2.478 pro-

(*) Englobadas as Exposições de Motivos referentes a assuntos de outros órgãos, em que o DASP foi chamado a se manifestar.

cessos. Ressalvadas as providências internas, o quadro de suas tarefas pode ser assim descrito:

Ministérios	Entrada	Saída
Agricultura	29	25
Educação	560	560
Fazenda	189	171
Indústria e Comércio	334	323
Justiça	10	9
Minas e Energia	737	735
Relações Exteriores	2	1
Saúde	9	9
Trabalho	15	13
Viação e Obras Públicas	86	85
MECOR	51	40
MEPCE	40	29
Outros Órgãos		
DASP e CCC	262	196
P.R. e CGC	246	234
Diversos	62	48
Total	2.572	2.478

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS SOCIAIS

Entre pareceres e informações, contam-se 2.643 processos que foram objeto do seu estudo especializado. Atente-se, nesse setor, à preponderância de Exposições de Motivos originárias do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Eis o seu trabalho discriminado:

Ministérios

Agricultura	246
Educação e Cultura	254
Fazenda	38
Indústria e Comércio	18
Justiça e Negócios Interiores	462
Minas e Energia	5
Relações Exteriores	—
Saúde	51
Trabalho e Previdência Social	377
Viação e Obras Públicas	343
MECOR	1
MEPCE	—

Outros Órgãos

Comissão de Classificação de Cargos	28
Departamento Administrativo do Serviço Público	202
Superintendência Nacional do Abastecimento	3
Subtotal	2.030
Outros expedientes	613
Total	2.643

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS PARLAMENTARES

A Secretaria encaminhou ao Congresso Nacional 240 Projetos de Leis e mais 9 propostas de Emenda Constitucional. Somadas às proposições de governos anteriores e de iniciativa parlamentar, foram sancionadas 320 Leis, e a 21 Projetos o Poder Executivo após veto total. Para uma visão mais minuciosa, veja-se o quadro abaixo:

Projetos de lei		240
Projetos sancionados sem veto	263	
Projetos sancionados com veto parcial	57	
Projetos totalmente vetados	21	
Projetos promulgados na íntegra	13	
Projetos promulgados parcialmente	11	
Total de leis		333
Projetos de Emendas Constitucionais		9
Mensagens de agradecimentos, comunicações e outras		1.326
Correspondência oficial		785

ASSESSORIA ESPECIAL

A sua natureza bem assim das tarefas que executa dispensam-na dêste Relatório. Na grande maioria das vêzes presta assessoramento estritamente pessoal e reservado ao Senhor Presidente.

SECRETARIA PARTICULAR

A Secretaria registrou 65.055 Mensagens dirigidas ao Senhor Presidente. Seu Serviço de Correspondência, ao proceder a análise de conteúdo das cartas e telegramas, ressaltou os seguintes dados:

Distribuição territorial:

Norte	3.180
Nordeste	18.795
Leste	30.882
Sul	6.831
Oeste	3.671
Exterior	1.696

Categorias sócio-profissionais:

De políticos e autoridades	10,0%
De Assembléias Legislativas de Câmaras Municipais	12,0%
De sindicatos e entidades de classe	11,2%
De prof. liberais e empresários	6,8%
Diversos	60,0%
Total	100,0%

Principais assuntos abordados:

Políticos	30,0%
Pedidos de emprêgo	18,0%
Reivindicações previdenciárias	16,1%
Reivindicações classistas	6,1%
Produção	4,6%
Diversos	25,2%
Total	100,0%

SECRETARIA DE IMPRENSA

Entre outras, assinalam-se como promoções mais importantes da Secretaria, no curso dêste ano: entrevista coletiva no 1º aniversário da Revolução; cobertura da solenidade e divulgação explicativa do Ato Institucional nº 2; impressão dos discursos presidenciais; audiências a jornalistas estrangeiros e a compra, pela Imprensa Nacional, do equipamento para retransmissão dos pronunciamentos do Senhor Presidente nas viagens ao interior do País.

Sinopses diárias	29.230
Correspondência	288
Distribuição de notícias aos jornais	55.600

CERIMONIAL

Articulando-se com o Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, êste setor cumpriu diferentes tarefas no ano de 1965:

Entrega de credenciais	15
Visitas de Chefe de Estado estrangeiro	4
Visitas e viagens do P. R.	31
Audiências p/Repres. diplom. e aut. estrangeiras	57
Cumprimentos a Repres. diplom. estrangeiros	59
Agradecimentos de visitas de Representantes diplomáticos estrangeiros	105

DIRETORIA DO EXPEDIENTE

Êste setor procedeu a uma reorganização e atualização gerais dos seus fichários, para fazer face à fantástica quantidade de

papéis registrados, em tramitação ou arquivados. Para que se tenha uma idéia simplista do seu trabalho, basta acentuar o arquivamento de 73.437 fichas novas e a prestação de 14.260 buscas e informações. Em aditamento, vejam-se ainda mais alguns números bastante significativos:

Expedientes recebidos e expedidos	36.120
Documentos arquivados	33.190
Referenda	5.050
Retificação de leis e decretos orgânicos e pessoal	15.734
Anotação em fichas de processos	6.879

DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS

Além da sua tarefa precípua de proporcionar condições de trabalho a todos os órgãos da Presidência da República, cuidou de promover obras de reparos e adaptações nos Palácios Presidenciais, dentre as quais se destaca a de ampliação do alojamento do corpo de guarda do Palácio das Laranjeiras, orçada em Cr$ 25.000.000.

Cabe destaque, igualmente, à reequipagem do Serviço de Saúde. Além da aquisição de aparelhos de ondas curtas, de infravermelho e de ultravioleta, dotou-o de moderno e completo gabinete dentário, com equipamentos de Raios-X.

Para fazer face aos seus encargos, a Diretoria de Serviços Gerais contou com a verba orçamentária de Cr$ 1.257.460.000, dos quais Cr$ 89.955.233 foram recolhidos ao Tesouro Nacional. Das despesas efetuadas, apresentaram-se com maior vulto, proporcionalmente, as com os serviços de comunicações em geral, de luz e fôrça e com a aquisição de gêneros de alimentação. Estas, elevando-se a 45% da dotação de "Material de Consumo", representados, em sua maior parte, com o fornecimento gratuito de refeições ao pessoal subalterno (serventes, contínuos, motoristas, mecânicos, servidores da mordomia, etc.), o que, aliás, é decorrência natural dos serviços que exigem a permanência contínua dos mesmos por períodos superiores a 8 horas e, em alguns casos, em plantões de 24 horas.

A austeridade e parcimônia impostas por Vossa Excelência na aplicação dos recursos saltam do simples exemplo consignado neste quadro:

Passagens Aéreas

1964	De 1-1 a 31-3-64	448
	De 1-4 a 15-4-64	7
	De 16-4 a 31-12-64	157
	Subtotal	612
1965	De 1-1 a 31-12-65	140
	Total	752

A par dêstes registros, consigno as providências recomendadas por Vossa Excelência visando a quitação geral dos compromissos efetivamente contraídos pela Presidência da República. Uma Comissão examinou e liberou para pagamento contas da responsabilidade do Govêrno anterior e, com a manifestação favorável do Ministério da Fazenda, os recursos serão agora solicitados ao Congresso Nacional, através de crédito especial.

SERVIÇO DE PESSOAL

Órgão subordinado ao Gabinete Militar, os serviços prestados ao Gabinete Civil podem ser assim esquematizados:

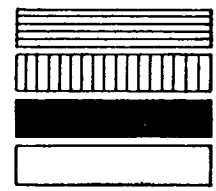
Portaria	194
Ofícios	2.053
Memorandos	47
Telegramas	310
Pareceres	88
Fôlhas de Pagamento	168

A enumeração dêstes dados constitui, sem dúvida, um excelente manancial a ser explorado pelos politistas e, em particular, pelos estudiosos das instituições brasileiras. Mas, ela também sugere uma resenha da política governamental, que tentei esboçar.

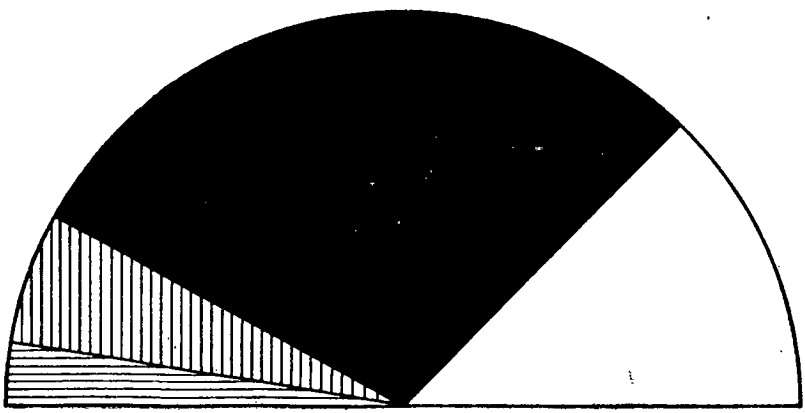
II — SÍNTESE DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL

O Senhor Presidente da República assinou, em 1965, 18.798 Atos administrativos, encaminhou ao Congresso Nacional 240 Projetos de Lei e dirigiu ao Supremo Tribunal 158 Mensagens. Estas últimas referem-se a Mandados de Segurança, impetrados contra decisões do Chefe de Estado. No particular, vale ressaltar o atraso com que muitos órgãos respondem às informações solicitadas, conforme se infere do demonstrativo abaixo:

Mandados de Segurança recebidos	335
Ofícios expedidos aos órgãos informantes	311
Mensagens ao Supremo Tribunal Federal	158
Ofícios ao Procurador Geral da República	167



Decretos Normativos:	710
Decretos Autorizativos:	1 425
Decretos Pessoais	11 892
Despachos:	4 771



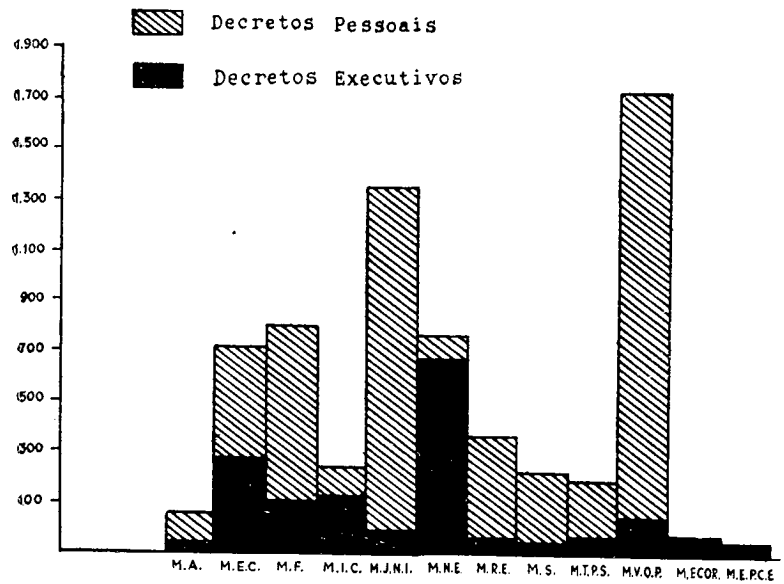
Malgrado a insistência do Gabinete Civil, esta irregularidade ainda não foi sanada.

a) Atos administrativos

Os Atos presidenciais são classificados pela Diretoria de Expediente como: Despachos, Decretos executivos (normativos e autorizativos) e Decretos Pessoais. Os primeiros exprimem-se através do "De acôrdo", "Autorizo" ou "Indefiro" do Chefe de Estado. Os Decretos executivos estabelecem regras gerais ou concedem serviços e créditos adicionais. Finalmente, os Decretos Pessoais relacionam-se com o recrutamento, movimentação ou dispensa de servidores.

Entre os diversos expedientes estudados no Gabinete Civil, verifica-se uma preponderância numérica dos Ministérios de Viação, Justiça e Fazenda.

Mas, se alijarmos os Decretos Pessoais, o volume de processos encaminhados pelos Ministérios e Órgãos subordinados diretamente à Presidência toma uma configuração gráfica bem distinta daquela fornecida pelo cômputo global. A liderança do MVOP e perdida para o Ministério das Minas e Energia, que, sòzinho, contribui com mais de 36%.



Da natureza dêstes Atos, emergem o esfôrço e coerência do Govêrno no cumprimento das linhas mestras de sua política administrativa.

De um lado, pode-se constatar, entre os Decretos Pessoais, a execução severa do Decreto nº 54.003-64, que proibiu nomeações interinas e o propósito constante de prestigiar o sistema do mérito, através da nomeação de concursados. De fato, foram feitas 4.189 nomeações. Destas, porém, apenas 631 de ex-combatentes e 261 entre professôres agrônomos e veterinários (Decretos ns. 54.097-64 e 54.485-64), em caráter de interinidade.

Nomeações:

Concursados	1.525
Em Comissão	1.259
Ex-Combatentes	631
Agrônomos	126
Professôres	65
Veterinários	70
Acórdão T. F. R.	513
Total	4.189

Lembre-se ainda que alguns processos voltaram aos ministérios de origem, por ordem do Senhor Presidente e atendendo a sugestão do Gabinete Civil, para que as propostas de contratação de servidores sòmente se concretizassem, depois de esgotados os meios de aproveitamento do pessoal concursado.

Por outro lado, os Decretos chamados normativos e autorizativos traduzem as preocupações constantes do Govêrno, no sentido do desenvolvimento e justiça social. Exemplos disto são os Decretos de desapropriação de terras e complexos industriais em Pernambuco e Paraná (55.761-65, 55.862-65, 56.001-65, ... 56.274-65 e 56.595-65) ou atos autorizando pesquisas e lavra de minérios. Ressaltem-se ainda os Decretos sôbre salário-educação (55.551 e 55.896), seguro agrícola (55.801), bem-estar do menor (56.276), financiamento para estudos de planejamento (55.820 e 55.965), regulamentação do Estatuto da Terra (55.891), venda de imóveis residenciais (55.793), criação de áreas prioritárias de emergência para a Reforma Agrária (56.583 e 57.081), concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira (57.148), assistência financeira aos Estados e Municípios (57.383), incentivos à estabilização de preços (57.271), diretrizes para a expansão da indústria petroquímica (56.551), Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (57.148) e assistência médica e à maternidade dos trabalhadores rurais ... (56.619).

Ainda observando os Atos presidenciais, creio oportunas duas observações, sobretudo quando o Govêrno anuncia o advento próximo da Reforma Administrativa:

1º — Por vários motivos, a administração do país vem, de há muito, criando, através de Decretos, organismos "emergenciais". Em geral denominados "Grupos de Trabalho", o seu pessoal é bem melhor remunerado que o funcionalismo da União (artifícios), o que lhes dá condições invejáveis de concorrência no recrutamento da mão-de-obra. Por outro lado, dificilmente êles se extinguem e algumas vêzes até se integram em caráter definitivo na Administração, guardando os seus privilégios.

2º — É assustadora a sobrecarga de processos submetidos ao Presidente da República. Afora os despachos interlocutórios, a média de atos assinados em 1965 é de 61 por dia. Dêstes talvez bem mais de 2/3 tivessem seu curso de tramitação esgotado no âmbito ministerial. Quando numerosos assuntos de profundidade e urgentes absorvem o Chefe do Estado, não se justifica que ainda dependam da sua decisão final a viagem de um bolsista ao estrangeiro ou o ato declaratório de uma aposentadoria compulsória. Urge reformular a legislação neste particular e talvez até mesmo antes de realizar a Reforma Administrativa.

b) Atividade legislativa

A atividade legislativa em 1965 foi bem maior que a de 1964. Enquanto a última assinala um total de 278, durante o ano de 1965, o número de Leis aprovadas atingiu a 333. Êste não é, entretanto, o maior índice a partir de 46. Em 1948 (402), 1949 (446), 1953 (356) e 1956 (391) a produção legislativa foi mais intensa.

Todavia, se, ao invés de considerarmos cada ano em particular, avaliarmos o rendimento legislativo segundo os períodos presidenciais, então o Govêrno Castello Branco pode reivindicar a liderança. De fato, desde 1946, em nenhum outro govêrno apura-se média diária igual ou superior a 0,96, que é a que corresponde ao "term" do atual Chefe de Estado. Além disso, pode-se também verificar que, sob o patrocínio do Ato Institucional nº 1, a atividade legislativa foi reativada em têrmos globais. Da presidência Dutra à Goulart, agrupados os pequenos mandatos, o número de Leis decrescia progressivamente.

Dutra	0,75
Vargas, Café, Luz e Nereu	0,75
Juscelino	0,63
Jânio, Mazzili, Goulart, Mazzili	0,37

Por outro lado, cresceu, de muito, a participação do Poder Executivo na legislação. Enquanto sob o regime de 46, mais de 54% das Leis eram oriundas da iniciativa parlamentar, ao contrário, durante a vigência dos artigos 3, 4 e 5 do Ato Institucional nº 1, 77% das Leis aprovadas foram propostas pelo Executivo.

Nem por isso foi menor o uso do veto. Em 1964 e 1965, contam-se 161 "rejets", o que equivale a 26,61% dos Projetos submetidos à sanção presidencial. Êstes dados reconhecem no Presidente Castello Branco o Chefe de Estado que mais utilizou a "negativa", em tôda vida nacional.

Com a participação sem precedentes do Poder Executivo no processo de elaboração legislativa, poder-se-ia esperar, como nos Estados Unidos da América do Norte, que o número de vetos diminuisse. Contudo, o sistema multipartidário, sem disciplina e armadura, bem assim a existência do veto parcial estimulam resultados diferentes.

Neste afã legislativo participam, do modo mais expressivo, os seguintes órgãos:

Ministério da Fazenda	79 projetos
Ministério da Educação	26 projetos
Ministério da Viação	21 projetos
Ministério das Relações Exteriores	21 projetos
Ministério da Justiça	13 projetos
Ministério do Planejamento	13 projetos
DASP	11 projetos

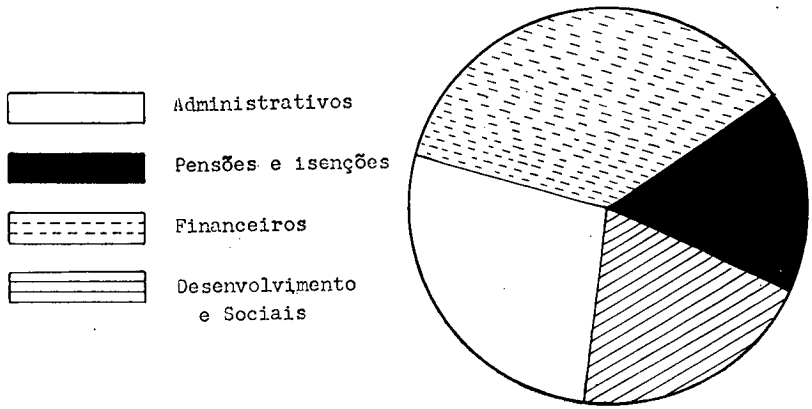
Observe-se que entre os 21 Projetos do Ministério das Relações Exteriores, 8 propuseram aberturas de crédito e das 26 mensagens originárias do Ministério da Educação, 16 solicitavam do Congresso a retirada de Projetos.

Em resumo, 9 Emendas Constitucionais, 333 Leis, eis o expressivo volume da legislação editada em 1965, além do Ato Institucional nº 2 e 7 atos complementares.

Mas, conforme já advertira DOROTHY PICKLES, a simples menção do número de leis não fornece a idéia do tempo despendido na sua elaboração nem a importância do seu conteúdo. Discorrendo sôbre o Parlamento inglês, ela exemplifica dizendo que "no curso da sessão de 1946-47, 54 leis de origem governamental receberam o assentimento real. Em 1936-37, o total foi de 59. No entanto, em 1947, foram adotadas uma meia dúzia de medidas que

constituíram uma revolução social" (*Le travail Parlementaire en Grande-Bretagne, in* F. Goguel — *Le Travail Parlementaire,* P. U. F., 1955, p. 103).

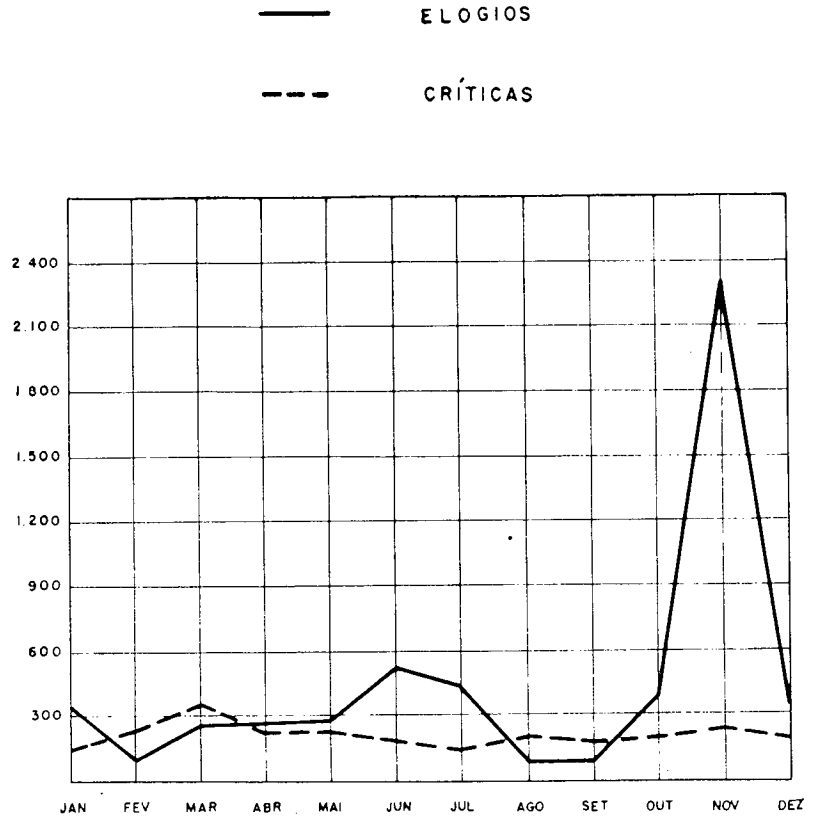
Também em 1965, no Brasil, não se deve apenas gizar o rendimento quantitativo. Utilizando o Ato Institucional nº 1, êste Govêrno encaminhou ao Congreso talvez o maior número de leis estruturais, desde a Constituição de 1946. Acentue-se, de logo, que entre as 333 leis adotadas, sòmente 54 consagraram interêsses individuais (Pensões e Isenções de Impostos). As outras ocupam-se das seguintes matérias:



Entre estas merecem relêvo as Leis sôbre a Ação Popular (Lei 4.717), Código Eleitoral (Lei 4.737), Lei Orgânica dos Partidos (Lei 4.740), Código Florestal (Lei 4.771), Disciplina do Mercado de Capitais (Lei 4.728), Campanha da Erradicação da Malária (Lei 4.709), Institucionalização do Crédito Rural (Lei 4.829), Estatuto do Magistério (Lei 4.881) e a criação de cadastro estabelecendo medidas contra o desemprêgo e assistência aos desempregados (Lei 4.923).

Em suma, tanto quanto no setor administrativo, parece comprovada a preocupação do Govêrno em inspirar a sua iniciativa de leis nos princípios da justiça social e desenvolvimento econômico.

Por isso mesmo, não obstante as drásticas medidas de contenção inflacionária, a pouco e pouco o Govêrno conquista a opinião pública. Êste é o retrato que nos revela a análise da correspondência presidencial.



Eis aí, Senhor Ministro, o Primeiro Relatório do Gabinete Civil. Precisamente por ser o primeiro no gênero, talvez careça da precisão e riqueza de informações desejáveis.

Creio, no entanto, que êle, por si só, revela uma dinâmica de trabalho bastante rentável. Sob a orientação e comando de Vossa Excelência, 596 funcionários deram provas alentadoras no cumprimento de seus deveres funcionais. Entre êstes, desejo destacar a colaboração do Assessor Múcio Bonifácio Costa na elaboração dêste Relatório.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência o meu melhor aprêço e admiração.

LUIZ NAVARRO DE BRITTO,
Subchefe do Gabinete Civil

MEMBROS DO GABINETE

Chefia do Gabinete

Chefe: Dr. Luiz Viana Filho

Subchefe: Dr. Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto

Subchefe: Dr. Roberto Casali

Oficiais de Gabinete: Antônio Reis Cavalcante — Francisco da Costa Baptista Neto — Marina Pedreira de Freitas — Dr. Luiz Lemos Leite — José Carlos Nogueira Diniz Filho — Dr. Dilson de Souza Nogueira

Subchefia para Assuntos Financeiros e de Desenvolvimento

Chefe: Dr. Orlando Miranda de Aragão

Subchefia para Assuntos Sociais

Chefe: Dr. Nelson Gouvêa

Subchefia para Assuntos de Administração Geral

Chefe: Dr. Aldir Guimarães Passarinho

Subchefia para Assuntos Parlamentares

Chefe: 2º Secretário Asdrubal Pinto de Ulysséa

Assessoria Especial do Presidente da República

Assessor-Chefe: Dr. Salvador Nogueira Diniz

Secretaria Particular do Presidente da República

Secretário Particular: vago

Oficiais de Gabinete do Presidente da República: Dr. Oscar Pôrto de Mendonça Clark — 3º Secretário José Jerônimo Moscardo de Souza

Secretaria de Imprensa

Chefe: Dr. José Wamberto Pinheiro de Assunção

Cerimonial

Chefe: Ministro de 2ª Classe Paulo Henrique de Paranaguá

Diretoria do Expediente

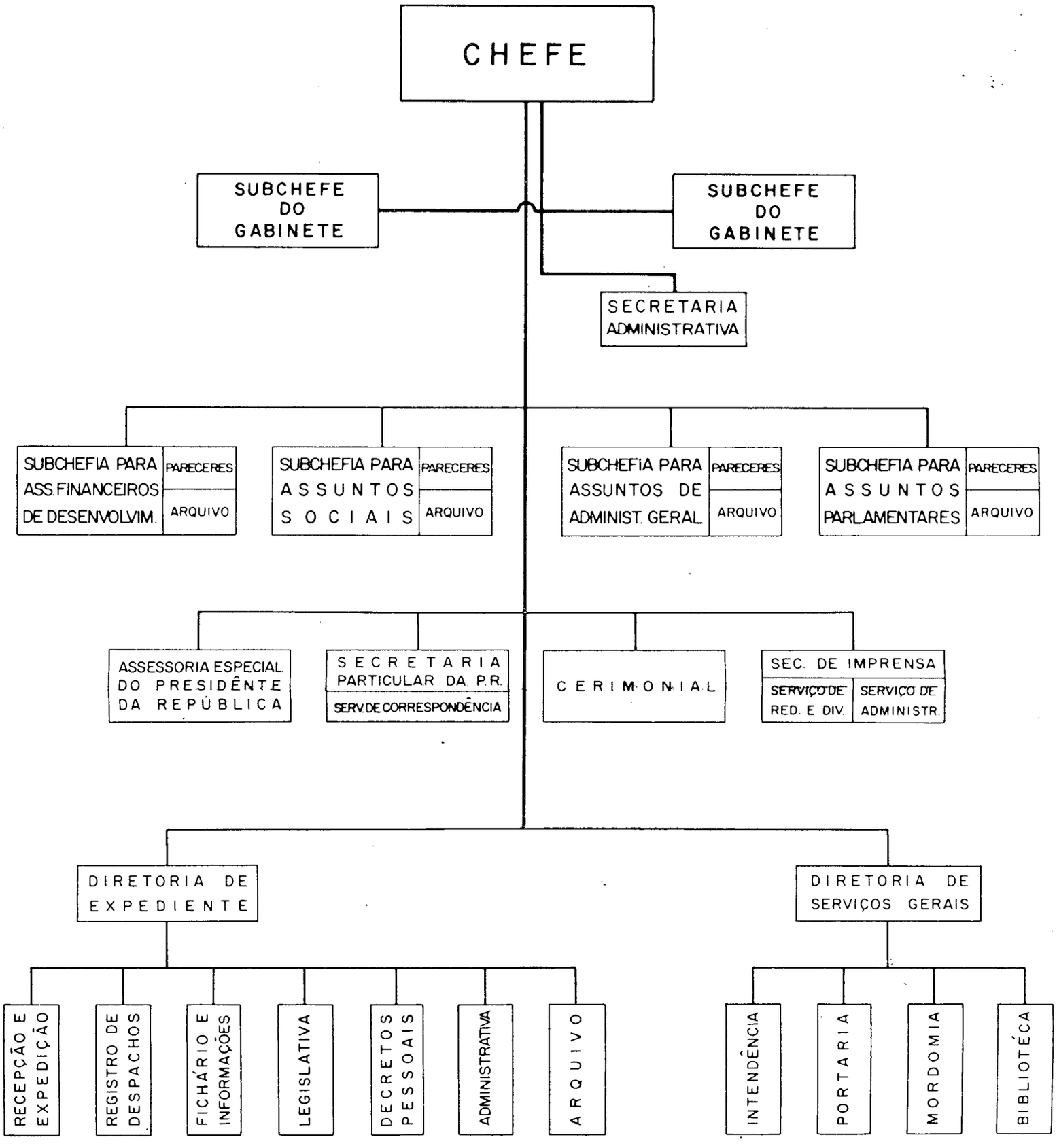
Diretor: Gilson Ferreira Pontes

Diretoria de Serviços Gerais

Diretor: Dr. Júlio Marques Luz

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GABINETE CIVIL



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1966